

DECLARAÇÃO POLÍTICA GPPS

Os Açores estão a ficar para trás no combate às Dependências

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Há problemas que, não sendo novos, se caracterizam pela permanente evolução das suas dinâmicas, desafiando a capacidade de inovação e assertividade das respetivas respostas.

Assim é no domínio do abuso de consumos de substâncias psicoativas, no domínio das dependências, sejam estas substâncias lícitas ou ilícitas.

Comumente tendemos a considerar que a prevenção e combate aos problemas ligados aos comportamentos aditivos e dependências passa, sobretudo, pelo investimento em medidas de segurança, pelo reforço no combate ao tráfico, pelo desmantelamento de redes e canais de distribuição, pela apreensão e destruição destas substâncias. Mas, esta é, infelizmente, apenas uma dimensão deste fenómeno.

Uma dimensão crucial que merece ver a sua ação valorizada, os seus meios e recursos devidamente assegurados e reforçados.

Uma dimensão que merece uma atuação em estreita cooperação e articulação com as respostas socio-sanitárias, porque todos os aliados são poucos nesta guerra desigual.

Efetivamente trata-se de um fenómeno complexo que mais do que um problema de segurança pública, é, em particular, um problema socio-sanitário quer com implicações na saúde do indivíduo, quer com implicações na saúde pública, pela sua dimensão e pelos riscos do fenómeno que nos afeta enquanto comunidade.

Já aqui afirmámos que “A dependência não é uma falha moral é uma doença crónica”. E também que “investir na prevenção e no combate às dependências é assegurar os cuidados de saúde, o cumprimento dos direitos humanos e, a montante, diminuir os encargos diretos e indiretos do Estado”.

É, também, por todos sabido que, pela sua geografia e especificidades, o nosso arquipélago tem fatores de risco que nos posicionam sempre num patamar de maior vulnerabilidade e risco, no domínio das dependências, tal como acontece com a doença mental.

O Relatório Anual do SICAD, lançado recentemente e com números que reportam a 2021, revelou que o problema das dependências é mais notório no caso dos Açores, onde o consumo de droga está acima da média nacional e acima da média registada na Madeira, não apenas nas denominadas drogas sintéticas.

Na ilha de São Miguel, por exemplo, as drogas sintéticas são um problema de saúde pública e começamos a ver tráfico descontrolado, inclusive, muitas vezes, junto às escolas.

Assustadoramente, os Açores são a Região do País onde mais se consomem drogas.

E, portanto, os problemas ligados aos comportamentos aditivos e dependências, pela sua expressão e impactos perniciosos, têm de ser assumidos como uma prioridade das políticas públicas nos Açores.

Tanto mais que o agravamento dos consumos e uso das NSP's, que representam 1/3 dos consumos no todo nacional – em consequência da pandemia – exige que sejam tomadas medidas excecionais e de carácter urgente, para contrariar o agravamento e a alteração do padrão de consumos, nomeadamente das NSP.

São permanentes e diários os sinais de alarme de uma das faces mais visíveis deste fenómeno, em particular o aumento da mendicidade e pessoas sem-abrigo, consequência dos consumos das NSP, mais perturbadoras e mais potentes, e, também, da efetividade dos programas de redução de danos e diminuição de morte por overdose.

Outra das faces visíveis deste fenómeno é, ainda, o aumento da criminalidade, que decorre não apenas da atual crise que veio agravar as desigualdades e aumento das pessoas em risco de exclusão social, mas, sobretudo, consequência da desorganização em termos psiquiátricos com níveis de paranoia e surtos psicóticos elevados que o consumo das NSP potencia e agrava.

E, portanto, é urgente a adoção de Medidas que envolvam os principais parceiros públicos e privados que lidam com este fenómeno.

Medidas que reforcem a capacidade e os meios que permitam às instituições que lidam com as dependências dar respostas mais eficazes a este flagelo.

Medidas como a criação de equipas de proximidade que intervém no terreno com as pessoas, as famílias e as comunidades mais afetadas por este problema.

Medidas que assegurem respostas da fase seguinte do processo, nomeadamente na sua reintegração na comunidade mediante estruturas simplificadas e hierarquizadas em fases iniciais e que vão evoluindo passo a passo.

Medidas que assegurem respostas e estruturas de apoio para inserção que os integrem e apoiem ao nível do emprego e da habitação, reforçando igualmente a complementaridade sistémica entre as diferentes áreas de interação humana em particular nas cidades onde os consumidores tendem a concentrar-se.

O PS não abdica de fiscalizar a ação governativa, mas também de apresentar propostas concretas, sobre problemas que afligem a população.

Foi por isso que, em março passado, apresentámos no Parlamento e fizemos aprovar um projeto de resolução que recomendava ao Governo Regional várias medidas para reforçar a prevenção e o combate às dependências.

E o que aconteceu com esta resolução? Está a ser cumprida?

É por isso que o Partido Socialista insiste em não deixar ninguém para trás, especialmente os mais vulneráveis, aqueles que caíram em situação de dependência e as suas famílias.

É por isso que o Partido Socialista insiste em manter o assunto na agenda política.

E o que faz este Governo de coligação?

Desinveste e adia medidas.

Corta em 25% no investimento, na área da Saúde e das Dependências, em consequência da cativação e do endividamento zero. Um corte que limita e inibe a necessidade de reforçar os recursos e os meios de resposta a este flagelo.

Escuda-se na 'Task Force', na necessidade de fazer um diagnóstico real, de criar um observatório para adiar a necessidade urgente de reforçar e criar novas políticas públicas e medidas mais inovadoras que visem a redução deste problema e que, em particular, travem o agravamento da severidade dos consumos de NSP's, não apenas nas ilhas de São Miguel e Terceira, onde têm maior expressão, mas também nas restantes ilhas do arquipélago onde a presença já se faz sentir e tende a crescer e agravar-se.

E, não, Senhora Secretária Regional, não é prematuro estar a divulgar ou implementar medidas porque a Região já dispõe de evidências científicas com as quais é possível trabalhar.

A Região conhece estas pessoas. Este Governo Regional, quando chegou ao poder, tinha já disponíveis meios de diagnóstico e intervenção em favor das comunidades e das famílias. Mas não os soube aproveitar. Ou pior: escolheu fazer tábua rasa de todo o conhecimento acumulado sobre esta problemática nas últimas duas décadas.

Estes doentes estão, na sua maioria, registados e referenciados na Plataforma criada por um Governo Regional da responsabilidade do PS, procedendo a DRPCD, desde então, à sua caracterização,

mediante o acompanhamento assegurado pelas entidades, públicas e privadas, que apoiam e tratam estas pessoas.

E sim, estamos de acordo que é importante haver estudos e se possível manter atualizado o diagnóstico deste fenómeno. Mas, como diz o provérbio chinês, "Sábio não é quem tudo sabe, mas quem usa tudo o que sabe." E a Região já dispõe de dados e evidências científicas como é exemplo, entre outros estudos, "As dez orientações" do Projeto VIDA+.

Como são, também bom exemplo, as evidências e resultados alcançados com os Programas de Redução de Danos e com os quais foi possível diminuir em 1/3 as mortes por overdose ou consumos e diminuir, para metade, a prática de crimes por pessoas com problemas de adição e dependência.

E, portanto, há já experiência de todo um conjunto de respostas práticas e de proximidade cuja efetividade e resultados não podem ser ignorados e que merecem ser reforçadas, como sejam as equipas de rua.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Após quase três anos deste Governo de coligação, nem a senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto, nem o Presidente do Governo Regional podem, nem devem, adiar a tomada de medidas urgentes, alegando que não conhecem bem a realidade regional das pessoas afetadas pelo flagelo das drogas sintéticas.

Temos de manter sempre presente que as dependências são um problema de saúde pública, com um impacto desproporcional relativamente a outros.

O agravamento desta problemática impõe e exige um reforço imediato dos meios e dos recursos disponíveis e não desinvestimento.

São já muitos os estudos, nomeadamente os realizados na Região, que indicam que é fundamental que a atuação do Governo seja empreendida em estreita parceria com a comunidade e assente numa Estratégia transversal aos diferentes domínios da Ação Social, da Saúde, da Educação, da Formação e Emprego, da Habitação, da Cultura e da Economia, entre outros, intervindo de uma forma Integrada, Sistémica e Territorializada com capacidade para a

adaptação contínua às necessidades da comunidade, das famílias e dos indivíduos em contínua alteração.

Mais do que conversas de que serão feitos estudos, de que o Governo está a ter uma abordagem estratégica a esta problemática - o que não corresponde de todo à realidade - é urgente avançar com medidas efetivas que reforcem procedimentos ajustados e integrados na comunidade e que permitam a criação e o fortalecimento das redes interinstitucionais.

Como são bom exemplo aquelas que foram criadas no tempo da governação socialista: as RLI – Redes de Intervenção Local criadas em todos os concelhos da RAA e o Manual de Articulação e Referenciação, publicado em 2019 e ainda em vigor.

O agravamento deste fenómeno, consequência da severidade dos consumos das NSP's, exige que se promovam respostas mais eficazes a este flagelo, respostas que vão além de uma intervenção assistencialista.

Exige que se reforce a capacidade e os meios das instituições que lidam com as dependências, por forma a assegurar uma intervenção caracterizada por uma visão proactiva das pessoas e pela promoção

da coesão sociofamiliar, do desenvolvimento pessoal, social e local e da proteção dos grupos mais vulneráveis.

É isto que temos constatado no terreno, com as pessoas e com as instituições sociais que lidam diariamente com esta problemática.

E é esse o alerta e o desafio que colocamos a este Governo Regional no derradeiro ano desta legislatura: que disponibilize os recursos necessários, financeiros, humanos, materiais, para um combate eficaz às dependências, que permita travar esta verdadeira epidemia que ameaça alastrar pela nossa Região.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2023

Deputada do GPPS – Célia Pereira